

O movimento negro no Brasil: ausências, emergências e a produção dos saberes

*Nilma Lino Gomes**

Dossiê

Resumo

Este artigo consiste em uma reflexão sobre as experiências e os saberes construídos pelo movimento negro, no Brasil, tendo como foco a luta pela construção de uma educação para a diversidade étnico-racial e as ações afirmativas. O movimento negro é entendido como um sujeito político, com uma trajetória histórica, integrante do contexto atual da organização dos movimentos sociais e participante da articulação transnacional com outros movimentos e ONGs na luta pela construção de uma sociedade democrática. A educação é compreendida como parte do processo de formação humana, na perspectiva de Paulo Freire, no qual a escola e os processos educativos construídos em outras instituições sociais são considerados vivências formadoras (e, por vezes, deformadoras) que constituem sujeitos.

Palavras-chave: movimentos sociais, movimento negro, educação, saberes.

Introdução

Cada vez mais, a realidade brasileira e mundial revela que a luta contra o racismo, o sexismo, a homofobia, o neoliberalismo e a exclusão social não pode acontecer de forma isolada. Se antes a situação mundial de exclusão e desigualdade já apontava para a necessidade de uma articulação e parceria entre movimentos sociais, ONGs e grupos culturais, imbuídos do ideal de construção de uma articulação político-solidária, hoje, com o crescimento da globalização capitalista e seus efeitos nefastos, essa realidade se tornou um

* Professora do Departamento de Administração Escolar da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (Belo Horizonte). Endereço eletrônico: nilmagomes@uol.com.br.

imperativo transnacional. Eventos como o Fórum Social Mundial são pioneiros nesse trabalho de articulação, construção conjunta e diálogo entre os setores que lutam contra a globalização capitalista.

A educação continua sendo um dos campos principais de luta dos movimentos sociais no Brasil. A articulação entre a educação escolar e os processos educativos que se dão fora da escola, nos movimentos sociais, nos processos políticos e nos grupos culturais se configura, atualmente, mais do que antes, como bandeira de luta dos setores considerados progressistas. Além disso, quanto mais aumenta a consciência da população pelos seus direitos, mais a educação é tomada na sua especificidade conquanto direito social. E mais, como um direito social, que dever garantir nos processos, políticas e práticas educativas a vivência da igualdade social, da equidade e da justiça social aos diferentes grupos sociais e étnico-raciais.

Nesse contexto, as várias organizações negras no Brasil e nos vários países da América Latina constroem demandas específicas para a educação, as quais nem sempre são incluídas nas políticas educacionais. Estas podem ser percebidas desde a ênfase dada pelas primeiras organizações negras do século XX à aprendizagem da leitura e da escrita até ao debate atual sobre as ações afirmativas na educação superior. Podemos dizer que, nesse processo complexo e tenso, experiências e saberes múltiplos são produzidos, acumulados e socializados pela população negra. Alguns deles têm sido organizados e sistematizados pelo movimento negro.

1. A ação e as demandas do movimento negro em prol da educação: um breve relato

A ação do movimento negro brasileiro por meio das suas diversas entidades tem sido marcada por uma perspectiva educacional aguçada, explicitada nas suas diversas ações, projetos e propostas.

O movimento negro brasileiro tem se destacado na história do nosso país como o sujeito político cujas reivindicações conseguiram, a partir do ano 2000, influenciar o governo brasileiro e os seus principais órgãos de pesquisa, tais como o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e o Instituto Brasileiro de Geografia e

Estatística (IBGE). Esse reconhecimento político tem possibilitado, nos últimos anos, uma mudança dentro de vários setores do governo e, sobretudo, nas universidades públicas, como, por exemplo, o processo de implementação de políticas e práticas de ações afirmativas voltadas para a população negra.

O movimento negro contemporâneo, enquanto movimento social, pode ser compreendido como um novo sujeito coletivo e político que, juntamente com os outros movimentos sociais, emergiu na década de 70 no cenário brasileiro. Enquanto sujeito coletivo, esse movimento é visto na mesma perspectiva de Sader (1988), ou seja, como uma coletividade onde se elaboram identidades e se organizam práticas através das quais defendem-se interesses, expressam-se vontades e constituem-se identidades, marcados por interações, processos de reconhecimento recíprocos, com uma composição mutável e intercambiável. Enquanto sujeito político, esse movimento produz discursos, reordena enunciados, nomeia aspirações difusas ou as articula, possibilitando aos indivíduos que dele fazem parte reconhecerem-se nesses novos significados. Abre-se espaço para interpretações antagônicas, nomeação de conflitos, mudança no sentido das palavras e das práticas, instaurando novos significados e novas ações.

De acordo com Carlos Hasenbalg (1984):

O movimento negro contemporâneo ressurgiu a partir de meados da década de 70, nos finais de um período acentuadamente autoritário da vida política brasileira. Como o dos movimentos sociais que afloram na mesma época, seu discurso é radical e contestador. O renascimento do movimento tem sido associado à formação de um segmento ascendente e educado da população negra que, por motivos raciais, sentiu bloqueado o seu projeto de mobilidade social. A isso deve ser acrescentado o impacto nesse grupo de novas configurações no cenário internacional, que funcionaram como fonte de inspiração ideológica: a campanha pelos direitos civis e o movimento do poder negro nos Estados Unidos e as lutas de libertação nacional das colônias portuguesas na África (p.148-149).

Mas há especificidades no terreno comum dos novos movimentos sociais que entram em cena no Brasil na década de 70. Se-

gundo Marcos Cardoso (2002), no caso do movimento negro, o que marca uma profunda diferença entre este e o conjunto dos demais movimentos sociais e populares nessa época é a *história*.

Segundo esse autor, para o movimento negro, o cotidiano da população negra é determinado pela estrutura do racismo na sociedade brasileira. Ao emergir no cenário nacional e político destacando a especificidade da luta política contra o racismo, o movimento negro buscou na história a chave para compreender a realidade do povo negro brasileiro. Assim, a necessidade de negar a história oficial e de contribuir para a construção de uma nova interpretação da trajetória dos negros no Brasil são aspectos que distinguem o movimento negro dos demais movimentos sociais e populares da década de 70. O movimento negro é, portanto, fruto de uma “negatividade histórica”, nos dizeres de Barbosa e Santos (1994, p. 46):

O movimento negro se radica na tradição comum, ele busca da tradição os elementos que permitam perceber-se a si próprio. Simultaneamente, ele é a afirmação de uma negatividade histórica, de um papel desempenhado na História. Ele é a busca de um outro si mesmo, para além da alteridade desse outro presente, que não é de si.

Concordamos com Cardoso (2002) de que a emergência do movimento negro como um novo personagem na cena brasileira significa um contraponto à realidade racial do nosso país, constituindo-se uma outra possibilidade de entendimento do real. No entanto, nem sempre esse outro “ponto de vista” tem sido devidamente considerado, sobretudo pela escola, cuja reflexão crítica, histórica e social da realidade brasileira deveria ser um dos principais aspectos dos currículos após a ditadura.

Ao estudarmos as formas de organização dos negros após a Abolição da Escravatura e depois da Proclamação da República, a literatura nos mostra que, desde meados do século XX, a educação já era considerada espaço prioritário de ação e de reivindicação. Quanto mais a população negra liberta passava a figurar na história com o status político de cidadão (por mais abstrato que tal situação se configurasse no contexto da desigualdade racial construída pós-abolição), mais os negros se organizavam e reivindicavam escolas que incluíssem sua história e sua cultura.

Os estudos de Pinto (1994), Gomes (1999; 2008; 2010), Gonçalves e Gonçalves e Silva (2000), Silvério (2002), Passos (2004) revelam que o movimento negro, no Brasil, conquanto sujeito político, tem sido o principal responsável pelo reconhecimento do direito à educação para a população negra, pelos questionamentos ao currículo escolar no que se refere ao material didático que apresenta imagens estereotipadas sobre o negro, pela inclusão da temática racial na formação de professores(as), pela atual inclusão da história da África e da cultura afro-brasileira nos currículos escolares e pelas políticas de ação afirmativa nas suas mais diferentes modalidades.

Nesse sentido, é possível afirmar que este movimento social apresenta historicamente um projeto educativo, construído à luz de uma realidade de luta. Esse se choca, muitas vezes, com a racionalidade hegemônica que impera na teoria social e pedagógica, visto que apresenta outro tipo de saber, construído numa história em que a diversidade étnico-racial sempre esteve presente, em que a alteridade sempre esteve pautada, não só no reconhecimento do Outro, mas na luta política de ser reconhecido como um Outro que tem direito de viver a sua diferença e ver sua cultura e sua identidade respeitadas tanto no cotidiano das escolas e dos seus currículos quanto na política educacional. Esses “saberes em movimento” indagam a Pedagogia e a teoria educacional acerca da forma como esta se relaciona com os saberes construídos pelos movimentos sociais. Os espaços políticos dos movimentos sociais são, portanto, produtores de uma epistemologia tão legítima quanto a que é considerada hegemônica pela educação e pela teoria social.

Um ponto que merece ser destacado é que, em todo esse processo, os negros organizados em movimento sempre enfatizaram um cuidado profundo com a construção da democracia para todos os segmentos étnico-raciais. No entanto, a comunidade negra organizada não busca uma democracia abstrata, uma cidadania para poucos, mas, sim, uma igualdade e uma cidadania reais, que considerem o direito à diferença.

Embora hoje tais afirmações possam receber um número considerável de adesão, elas ainda são vistas com certa reserva tanto pelos setores considerados conservadores quanto pelos considerados progressistas. Essa reserva, a nosso ver, é resultado

do questionamento central que o movimento negro faz ao mito da democracia racial (a crença na existência de relações harmoniosas entre os diferentes grupos étnico-raciais do nosso país, fruto da relação do colonizador português com os povos por ele dominados), arraigado no imaginário social brasileiro, sobretudo na educação escolar. Uma das formas de superação desse mito, destacada pelo movimento negro, é a implementação de políticas de correção das desigualdades raciais, ou seja, de ações afirmativas, como estratégia de superação do racismo e de construção de uma democracia real.

As ações afirmativas trazem em si uma nova pedagogia: a pedagogia da diversidade, a qual produz saberes. Estes deveriam ser matéria de reflexão teórica, uma vez que possibilitam a construção de um diálogo epistemológico. No caso específico da educação superior, essas políticas deveriam ser entendidas como canais profícuos de chegada à Universidade de saberes produzidos não só pelo movimento negro e pela comunidade negra em geral, mas, sobretudo, pela juventude negra.

Inspirada nas reflexões de Santos (1996), consideramos os processos e projetos educativos construídos pelo movimento negro no Brasil e também na América Latina como emancipatórios. A emancipação entendida como transformação social e cultural, como libertação do ser humano, sempre esteve presente nas ações da comunidade negra organizada tanto no período da escravidão quanto no pós-abolição e a partir do advento da República. O fato de essas ações serem projetos e propostas construídos por um povo que tem a sua história e a sua cultura desenvolvidas no contexto da colonização, da dominação, da escravidão, do racismo e da desigualdade social e racial atesta esse caráter emancipatório das lutas e da organização política dos negros no Brasil e na diáspora. E mais, esse caráter também é atestado pelas mudanças sociais, educacionais, culturais e políticas que a comunidade negra “em movimento” consegue imprimir nos vários países da diáspora africana.

Segundo Santos (1996), todo projeto emancipatório está baseado em um perfil epistemológico que abriga um conflito. O conflito é visto, aqui, ocupando o centro de toda experiência pedagógica emancipatória. Segundo ele, o conflito serve, antes de mais nada, para tornar vulnerável e desestabilizar os modelos

epistemológicos dominantes e para olhar o passado através do sofrimento humano, que, por via deles e da iniciativa humana a eles referida, foi indesculpavelmente causado. Esse olhar produzirá imagens desestabilizadoras, susceptíveis de desenvolver nos estudantes e nos professores a capacidade de espanto e de indignação e uma postura de inconformismo, as quais são necessárias para olhar com empenho os modelos dominados ou emergentes por meio dos quais é possível aprender um novo tipo de relacionamento entre saberes e, portanto, entre pessoas e entre grupos sociais. Poderá emergir daí um relacionamento mais igualitário, mais justo, que nos faça apreender o mundo de forma edificante, emancipatória e multicultural.

Essa dimensão do conflito é explicitada na ação do movimento negro brasileiro quando esse pauta a diversidade étnico-racial como uma realidade e uma questão para a sociedade e para a educação brasileira. É uma realidade, uma vez que, apesar do mito da democracia racial, a sociedade brasileira não consegue fugir da negritude conquanto diferença inscrita no seu corpo, na sua cultura, na sua história e na sua ancestralidade. É uma questão, já que qualquer discussão mais aprofundada sobre a diversidade étnico-racial tem de vir acompanhada da compreensão das desigualdades raciais. No contexto histórico e político brasileiro, as diferenças étnico-raciais foram naturalizadas, desnudadas da sua riqueza e transformadas em desigualdades. Dessa forma, quando a escola, a Universidade e a política educacional brasileira colocam em pauta a discussão, as práticas, os projetos e as políticas voltadas para a diversidade étnico-racial, tendo como foco o segmento negro da população, o contexto da desigualdade é colocado na ordem do dia e, em consequência disso, medidas de superação dessa precisam ser implementadas.

2. Uma trajetória de lutas e de produção de saberes

Para compreendermos a ação política e social da população negra ao longo da história do nosso país e sua intensa produção de saberes é importante retomar algumas formas de organização desse grupo étnico-racial durante o processo da escravidão, assim como as práticas e lutas políticas do período pós-abolição até os dias atuais.

Podemos citar a experiência coletiva dos quilombos, durante a escravidão, presente não só no Brasil, como também em vários países das Américas. Outros exemplos são as revoltas das quais os africanos escravizados e seus descendentes foram protagonistas, como, por exemplo, a Revolta dos Malês (1835), ocorrida na atual cidade de Salvador, no estado da Bahia.

Existiram, também, formas de luta após a abolição, como a Revolta da Chibata (1910), movimento liderado por João Cândido Felisberto, marinheiro negro, no Rio de Janeiro, que se opôs ao modo como eram tratados os marujos da marinha brasileira, no início do século XX. Somente em 2008, trinta e nove anos após a sua morte foi concedida anistia post-mortem ao líder da Revolta da Chibata e a seus companheiros.¹

A Frente Negra Brasileira (1931-1937) é também mais um exemplo. Essa associação de caráter político, recreativo e benéfico surge, em São Paulo, no período pós-abolição, com intenções de se tornar uma articulação nacional. Composta por vários departamentos também promovia a educação e o entretenimento de seus membros, além de criar escolas e cursos de alfabetização de crianças, jovens e adultos. Em 1936, transformou-se em partido político. Porém, o decreto de 1937 assinado por Getúlio Vargas, que colocava na ilegalidade todos os partidos políticos, acabou ocasionando sua extinção.

Podemos citar, também, a influência do negro na mídia impressa, através da imprensa negra paulista, que conseguiu grande prestígio na comunidade negra, difundindo aquilo que os seus redatores achavam mais interessante para a vida social e cultural dos negros. É sempre importante lembrar a experiência do Teatro Experimental do Negro (TEN), (1944-1968), na cidade do Rio de Janeiro. O TEN se propunha a trabalhar pela valorização social do negro no Brasil, por meio da educação, da cultura e da arte. Segundo Nascimento (2004, p. 211):

A um só tempo o TEN alfabetizava seus primeiros participantes, recrutados entre operários, empregados domésticos, favelados

1 Lei Nº 11.756, sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 23 de julho de 2008 e publicada no Diário Oficial da União (DOU).

sem profissão definida, modestos funcionários públicos – e oferecia-lhes uma nova atitude, um critério próprio que os habilitava também a ver, enxergar o espaço que ocupava o grupo afro-brasileiro no contexto nacional. Inauguramos a fase prática, oposta ao sentido acadêmico e descritivo dos referidos e equivocados estudos.

Cada uma dessas organizações viveu processos de tensão interna, contradições, conflitos, assim como todas as ações emancipatórias presentes nas sociedades. No entanto, podemos dizer que, a luta contra a escravidão, no passado, e a superação do racismo e da discriminação racial, no presente, são pontos comuns na história das populações negras organizadas no Brasil e na América Latina.

No Brasil, toda a movimentação histórica, pós-abolição, foi pressionada pela ditadura militar, instaurada em 1964. Nesse contexto, as fortes marcas da repressão, com as perseguições às formas organizativas e cassação de direitos políticos, levaram a sair da cena pública não só a luta formal contra a discriminação racial, como também, as demandas dos outros movimentos sociais, embora, os sujeitos que as defendiam continuassem agindo contra a vontade do Estado autoritário. Sobre essas formas de organização, sobretudo, as populares e desenvolvidas pela população negra, ainda há muito que se investigar na história política brasileira.

No entanto, no final da década de 1970, com as pressões pelo término da ditadura militar e uma reorganização dos movimentos sociais, o movimento negro também se destacou. Em 1978, se organiza o Movimento Negro Unificado (MNU), uma entidade em nível nacional que marcou a história do movimento negro contemporâneo e é considerada como um dos principais protagonistas na luta antirracista brasileira.

No desenvolvimento da luta antirracista, após os anos 70, o movimento negro também aprofunda a sua atuação e análise. A partir da experiência de reprodução das desigualdades de gênero, vividas no interior do próprio movimento negro, as mulheres negras se organizam e fundam nos anos 80, o Movimento das Mulheres Negras, que hoje faz parte de uma articulação latino americana e internacional de mulheres negras. As mulheres negras, hoje, ocupam um espaço na militância política, atuando nas comunidades-terreiro, na articulação política, nos partidos, nas ONG'S, nos projetos edu-

cacionais. Podemos dizer que a questão de gênero só passou a ser pauta como uma forte preocupação da prática e das questões do movimento negro devido à pressão das mulheres negras. Estas têm exercido uma luta contínua não só no interior da comunidade negra, mas no debate com o Estado para a implementação de políticas públicas de saúde, emprego e educação que contemplem a articulação entre raça e gênero.

No ano de 1995, em comemoração ao tricentenário da morte de Zumbi dos Palmares, as diversas organizações do movimento negro brasileiro organizaram a Marcha Zumbi dos Palmares Contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida, realizada no mês de novembro, em Brasília. O evento reuniu mais de 20 mil pessoas e contou com o apoio de várias organizações de esquerda que, naquele momento, estabeleceram um pacto político de participarem da luta antirracista. Como resultado dessa mobilização, foi entregue ao então Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, o Programa de Superação do Racismo e da Desigualdade Racial, que apresentava um diagnóstico identificando a situação social, econômica, educacional e política da população negra, no Brasil. O documento exigia uma posição do governo brasileiro diante da necessária superação do racismo.

O 3º milênio traz uma nova marca na resistência e organização negra brasileira, que é a luta pelas políticas públicas de ação afirmativa. Essa é uma das principais reivindicações das duas marchas intituladas Zumbi + 10 que, uma década depois da primeira marcha, avaliou a reação dos governos e do Estado brasileiro diante da situação racial do país e os avanços da luta antirracista.²

É também nesse momento histórico que se realiza uma inflexão em relação ao lugar da questão racial na política pública, sobretudo no campo educacional. A 3ª Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, promovida pela Organização das Nações Unidas

2 A realização das duas marchas, nos dias 16 e 22 de novembro de 2005, já nos revelam as tensões, conflitos e tendências diferentes no interior do movimento negro e da sua relação com o Estado, que merecem ser analisadas em trabalho posterior.

(ONU), de 31 de agosto a 8 de setembro de 2001, na cidade de Durban, na África do Sul, é considerada um marco. Precedido, no Brasil, pelas pré-conferências estaduais e pela Conferência Nacional contra o Racismo e a Intolerância, em julho de 2001, na UERJ, esse momento marca a construção de um consenso entre as entidades do Movimento Negro sobre a necessidade de se implantar ações afirmativas no Brasil. A educação básica e a superior e ainda o mercado de trabalho são as áreas mais destacadas.

Reforçada pelas pesquisas oficiais realizadas pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) (Henriques, 2001), as quais subsidiaram o debate realizado na 3ª Conferência de Durban, a denúncia da educação como um setor que contribui para a construção de um quadro de desigualdades raciais visualizada pelas primeiras associações negras e suas lutas em prol da educação dos negros no século XIX e demandada publicamente pelo Movimento Negro no século XX ganha agora contornos políticos nacionais e internacionais no século XXI. Passa finalmente a fazer parte da agenda política e do compromisso do Estado brasileiro com todos os avanços e as contradições possíveis.

A partir de 2003, com o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, nota-se o aprofundamento desse debate. Algumas iniciativas merecem destaque: no governo federal, pela primeira vez é instituída a Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), em 2003, e, no Ministério da Educação, a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad), em 2004.

No tocante à educação, é nesse contexto que, finalmente, é sancionada a Lei nº 10.639, em janeiro de 2003, alterando a Lei nº 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Em 2004, o Parecer CNE/CP 03/2004 e a Resolução CNE/CP 01/2004 são aprovados pelo Conselho Nacional de Educação. Ambos regulamentam e instituem as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Em 2009, é lançado pelo Ministério da Educação e pela Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, o Plano Nacional de Implementação das referidas diretrizes curriculares.

Tais ações no campo da política e, sobretudo, da política educacional devem ser compreendidas como respostas do Estado às reivindicações do Movimento Negro. A sua efetivação, de fato, em programas e práticas tem sido uma das atuais demandas deste movimento social. A história política brasileira nos revela que entre as intenções das legislações antirracistas e a sua efetivação na realidade social há sempre distâncias, avanços e limites, os quais precisam ser acompanhados pelos cidadãos e cidadãs brasileiros e pelos movimentos sociais por meio por um efetivo controle público.

3. Movimento negro no Brasil: entre as ausências e as emergências

No entanto, no contexto da produção teórica educacional e no cotidiano das práticas pedagógicas e dos currículos das escolas e universidades brasileiras, nem sempre esse histórico de lutas e os saberes nele produzidos são considerados enquanto tais. É nesse contexto que se faz necessária uma crítica radical à forma como conhecimento e saber são interpretados pela ciência moderna, resultando em um tipo de racionalidade que exclui as outras formas de pensar e conceber o mundo produzidas fora do cânone considerado científico. A reflexão epistemológica realizada pelo sociólogo Boaventura de Sousa Santos é aquela que mais nos ajuda, nesse momento, a compreender e problematizar esse processo.

Baseando-se nos estudos e nas pesquisas sobre os movimentos sociais, numa intensa ação política e na realização do projeto de investigação teórica “A invenção da emancipação social”, Santos (2004a) construiu uma reflexão teórica e epistemológica aguçada, expressa nos seus vários trabalhos, sobretudo no artigo “Para além das ausências e uma sociologia das emergências”.

O autor realiza uma crítica ao modelo de racionalidade ocidental dominante, pelo menos durante os últimos duzentos anos no campo das Ciências Sociais. Essa reflexão é inspirada em Leibniz, naquilo que ele chama de razão indolente, e propõe os princípios gerais de outro modelo de racionalidade, designado como razão cosmopolita. Procura, então, fundar três procedimentos sociológi-

cos nessa razão cosmopolita, a saber: a sociologia das ausências, a sociologia das emergências e o trabalho da tradução³.

A racionalidade cosmopolita proposta pelo autor tem como trajetória expandir o presente e contrair o futuro. Segundo ele, só assim será possível criar o espaço-tempo necessário para conhecer e valorizar a inesgotável experiência social que está em curso no mundo atual. Só assim será possível evitar o gigantesco desperdício da experiência de que sofremos na atualidade. Para expandir o presente, Santos (2004b) propõe uma sociologia das ausências; para contrair o futuro, uma sociologia das emergências. Como a imensa diversidade de experiências sociais revelada por esses processos não pode ser explicada de maneira adequada por uma teoria geral, o autor sugere um trabalho de tradução, procedimento capaz de criar inteligibilidade mútua entre experiências possíveis e disponíveis, sem destruir a sua identidade.

Segundo ele, a sociologia das ausências consiste numa investigação que visa demonstrar que o que não existe é, na realidade, ativamente produzido como não-existente, isto é, como uma alternativa não credível ao que existe. O objetivo da sociologia das ausências é transformar as ausências em presenças. Dar-se-á destaque aos fragmentos da experiência social não socializados pela totalidade metonímica⁴. Mas como se dá a produção da não-existência? De acordo com Santos (2004b), não há uma única maneira de não existir, uma vez que são várias as lógicas e os processos por meio dos quais a razão metonímica produz a não-existência do que não

3 Neste texto, discutiremos somente os dois primeiros procedimentos. No entanto, é importante destacar que, para Santos (2004b) o trabalho da tradução é considerado como um trabalho dialógico e político, um procedimento que ultrapassa a tentativa de construir uma teoria geral, tendo como objetivo a expansão da inteligibilidade recíproca presente nos saberes e práticas construídos pelos diferentes movimentos sociais. A intenção da tradução é destacar aquilo que une e não o que divide os diversos grupos e entidades dos movimentos sociais, sem destruir as suas identidades.

4 Razão que toma a parte pelo todo. “A razão metonímica é obcecada pela ideia da totalidade sob a forma da ordem. Não há compreensão nem ação que não seja referida a um todo e o todo tem absoluta primazia sobre cada uma das partes que o compõe. Nesta razão há apenas uma lógica que governa tanto o comportamento do todo como o de cada uma das partes, não havendo existência de experiências fora desta totalidade”. (SANTOS, 2004b, p. 782)

cabe na sua totalidade e no seu tempo linear. Há produção de não-existência sempre que determinada entidade é desqualificada e tornada invisível, ininteligível ou descartável de modo irreversível. O que unifica as diferentes lógicas da produção da não-existência é serem todas elas manifestações de uma monocultura racional.

Parafrazeando o autor, poderíamos dizer que, no campo da educação e na teoria pedagógica, opera a mesma razão metonímica. Nesse sentido, o campo da teoria educacional também lida com dificuldade e, por vezes, impede a entrada de outras lógicas e racionalidades, geralmente aquelas oriundas dos movimentos sociais. No caso do movimento negro, poderíamos dizer que os saberes por ele produzidos também vivem um processo de não-existência, já que não cabem na totalidade e no tempo linear da razão metonímica que tem sido hegemônica no campo teórico-educacional. Sendo assim, o que essa realidade indica é que, nesse campo, também se faz necessária uma *pedagogia das ausências* que desvele que há uma realidade, saberes e lógicas ativamente produzidos pelos movimentos sociais, pela comunidade negra e pelo movimento negro.

A sociologia das emergências, segundo aspecto da teorização do autor anteriormente citado, consiste em substituir o vazio do futuro segundo o tempo linear por um futuro de possibilidades plurais, concretas, simultaneamente utópicas e realistas, que se vão construindo no presente mediante atividades de cuidado. Segundo Santos (2004b), o conceito que preside essa sociologia é o *ainda-não*, proposto por (Ernst) Bloch (1995). Objetivamente, o *ainda-não* é, por um lado, capacidade (potência) e, por outro, possibilidade (potencialidade). A possibilidade é o movimento do mundo. Sendo assim, a sociologia das emergências é a investigação das alternativas que cabem no horizonte das possibilidades concretas. Ela amplia o presente, juntando ao real amplo as possibilidades e as expectativas futuras que ele comporta. Nesse caso, a ampliação do presente implica a contração do futuro, na medida em que o *ainda-não*, longe de ser um futuro vazio e infinito, é um futuro concreto, sempre incerto e sempre em perigo.

Ainda de acordo com Santos (2004b), a sociologia das emergências consiste em proceder uma ampliação simbólica dos saberes, das práticas e dos agentes, de modo a identificar neles as tendências

de futuro (o *ainda-não*) sobre as quais é possível atuar para maximizar a probabilidade de esperança em relação à probabilidade da frustração. Essa ampliação simbólica é, no fundo, uma forma de imaginação sociológica que visa a um duplo objetivo: de um lado, conhecer melhor as condições de possibilidade da esperança; de outro, definir princípios de ação que promovam a realização dessas condições. O elemento subjetivo da sociologia das emergências é a consciência antecipatória e o inconformismo ante uma carência cuja satisfação está no horizonte de possibilidades, por isso ela se move no campo das expectativas sociais.

É dentro dessa reflexão do autor que inserimos a proposta das ações afirmativas levantada pelo movimento negro brasileiro, nos últimos anos, como um lócus no qual confluem diferentes saberes e práticas produzidos pela comunidade negra na sua trajetória histórica. Nesse processo, há uma tendência de futuro e sobre a qual é possível maximizar a probabilidade de esperança de uma verdadeira democracia racial em relação à frustração de continuidade da desigualdade racial e do racismo. A meu ver, é possível perceber, as propostas de ação afirmativa como confluência de saberes identitários, políticos e estéticos, uma consciência antecipatória e o inconformismo perante uma carência de relações mais humanas e democráticas existentes entre negros e brancos no Brasil. A superação da carência social, econômica e política causada pelo racismo é colocada pelas ações afirmativas como possibilidade e como projeto e, por isso, está no campo das expectativas sociais. Poderíamos dizer, então, que, no campo da educação, se faz necessário construir *uma pedagogia das emergências*.

4. O movimento negro e a produção de saberes

Na construção de uma *pedagogia das ausências e das emergências* cabe destacar que o acúmulo de saberes produzidos pelo movimento negro faz parte de uma história ancestral de luta e resistência que ganha ainda mais força na sua demanda pela educação a partir do início do século XX. Essa luta se intensifica a partir do início do século XXI quando este movimento social se organiza em torno das políticas de ações afirmativas.

Como já foi apontado em outros trabalhos de minha autoria, as ações afirmativas são compreendidas, aqui, não só como movimento de luta política pela correção das desigualdades raciais, mas também como lócus em que confluem princípios gerais de um outro modelo de racionalidade e saberes emancipatórios produzidos pelo Movimento Negro ao longo dos tempos. Destes, destacamos os saberes políticos, os identitários e os estéticos (corpóreos):

Os saberes políticos: nunca a Universidade, os órgãos governamentais, sobretudo o Ministério da Educação, produziram, debateram e aprenderam tanto sobre as desigualdades raciais como no atual momento da luta pelas ações afirmativas. Tais ações afirmativas tocam, de maneira nuclear, na cultura política e nas relações de poder. Seja para confirmá-las, seja para pará-las, a Universidade passou a dedicar parte do seu tempo a perceber que os jovens negros existem, que grande parcela deles não está presente nos bancos das universidades públicas, estão sub-representados em alguns cursos acadêmicos e que eles lutam pelo direito de entrar nesse lugar e partilhar desse espaço de produção do conhecimento. As universidades públicas brasileiras que já implementaram ações afirmativas no ensino superior brasileiro mediante políticas de acesso e permanência têm que lidar com a chegada de sujeitos sociais concretos, com outros saberes, outra forma de construir o conhecimento acadêmico e com outra trajetória de vida, bem diferentes do tipo ideal de estudante universitário idealizado em nosso país. Temas como diversidade, desigualdade racial e vivências da juventude negra, entre outros, passam a figurar no contexto acadêmico, mas sempre com grande dificuldade de ser considerados “legítimos”. Cada vez mais o movimento negro vem refletindo sobre a sua atuação como protagonista desse processo e compreendendo como a sua luta política está contribuindo para uma mudança epistemológica na Universidade e nos rumos do conhecimento científico.

Os saberes identitários: as ações afirmativas recolocam o debate sobre a “raça” no Brasil, institucionalizam o uso das categorias de cor (preto, branco, pardo, amarelo e indígena) nos formulários socioeconômicos dos candidatos aos exames vestibulares, nos censos educacionais, no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM)

trazendo a autodeclaração racial para o universo dos brasileiros, sobretudo no campo das políticas públicas.

O uso do termo *raça* tanto neste trabalho quanto na perspectiva do movimento negro e no contexto das políticas de ações afirmativas pretende introduzir uma ressignificação política do mesmo. Segundo Guimarães (1999), essa re-significação se faz necessária, uma vez que *raça* ainda é a noção utilizada frequentemente nas relações sociais, para informar como determinadas características físicas, como cor de pele, tipo de cabelo, etc, influenciam, interferem e, por vezes, até mesmo determinam o destino e o lugar social de determinados sujeitos no interior da sociedade brasileira. De acordo com Guimarães (1999, p. 9):

‘Raça’ é um conceito que não corresponde a nenhuma realidade natural. Trata-se, ao contrário, de um conceito que denota tão-somente uma forma de classificação social, baseada numa atitude negativa frente a certos grupos sociais, e informada por uma noção específica de natureza, como algo endodeterminado. A realidade das raças limita-se, portanto, ao mundo social. Mas, por mais que nos repugne a empulhação que o conceito de ‘raça’ permite – ou seja, fazer passar por realidade natural preconceitos, interesses e valores sociais negativos e nefastos –, tal conceito tem uma realidade social plena, e o combate ao comportamento social que ele enseja é impossível de ser travado sem que se lhe reconheça a realidade social que só o ato de nomear permite.

A identidade negra é entendida como um processo construído historicamente em uma sociedade que padece de um racismo ambíguo e do mito da democracia racial. Como qualquer processo identitário, ela se constrói no contato com o outro, no contraste com o outro, na negociação, na troca, no conflito e no diálogo. Como diz Souza (1990), ser negro no Brasil é tornar-se negro. Assim, para entender o “tornar-se negro” num clima de discriminação, é preciso considerar como essa identidade se constrói no plano simbólico. Refiro-me aos valores, às crenças, aos rituais, aos mitos, à linguagem. Esses dependem de maneira vital das relações dialógicas com os outros.

No contexto das ações afirmativas, a discussão sobre quem é negro e quem é branco no Brasil ressurge, não somente no interior

da militância negra, mas nos órgãos do governo, no debate público, na mídia, nas escolas de educação básica e nas universidades. Em muitas situações, são os ativistas negros (alguns já inseridos na Universidade e outros não) os chamados a falar, a explicar e a expressar todo o saber que acumularam na militância sobre a construção da identidade negra e sobre as tensas relações entre negros e brancos no Brasil. São também os intelectuais e os ativistas negros que são convidados a escrever livros didáticos, a publicar suas pesquisas, a escrever artigos sobre a questão racial nas mais diversas áreas, e a questão da identidade é colocada em pauta, com todas as contradições e os conflitos que ela acarreta.

Os saberes estéticos – são pensados, aqui, no que se refere à corporeidade: podemos dizer que as ações afirmativas reeducam os negros, as negras e a sociedade brasileira na sua relação com o corpo. Ao se posicionar politicamente favorável a essa política ou ao participar de um processo de seleção baseado no critério de cotas raciais ou ao se identificar como negro no Brasil, o sujeito participa de um processo de mudança de lógica corporal. Uma mudança corpórea é visível na vida e na postura de vários estudantes negros cotistas e oriundos de outras modalidades de ações afirmativas nas universidades públicas. Eles passam a valorizar a corporeidade negra por meio de uma postura mais confiante e afirmativa no universo acadêmico e vários deles passam a adotar símbolos étnicos (penteados, cores, roupas, adornos, símbolos) e a frequentar espaços políticos, culturais e recreativos com maior incidência da população negra. Não se trata de uma “guetização”, mas do reconhecimento da existência de uma série de espaços e saberes identitários e políticos. Ou seja, trata-se da afirmação de uma identidade insistentemente negada pelo racismo a qual, lamentavelmente, também se faz presente na universidade e nos vários espaços políticos e sociais do nosso país.

O corpo fala a respeito do nosso estar no mundo, visto que a nossa localização na sociedade dá-se através da sua mediação no espaço e no tempo. Estamos diante de uma realidade dupla e dialética, isto é, ao mesmo tempo em que é natural, o corpo é também simbólico. Ele pode ser a “referência revolucionária da universalidade do homem no contraponto crítico e contestador à

coisificação da pessoa e à exploração do homem pelo homem na mediação das coisas” (Martins, 1999, p.54).

Segundo Gomes (2006), na construção da sua identidade, na sociedade brasileira, o negro, sobretudo a mulher negra, constrói sua corporeidade por meio de um aprendizado que incorpora um movimento tenso e dialético de rejeição/aceitação, negação/afirmação do corpo.

No caso da Universidade, só o fato de esses jovens passarem a frequentar os espaços acadêmicos, traz uma corporeidade outra, acompanhada de uma produção de outras experiências e significados. São corpos negros que se contrapõem a ideologia da cor e do corpo do brasileiro. O saber corpóreo é acompanhado de uma tensão e de um conflito entre padrões estéticos de beleza e fealdade, que, no Brasil, passam por uma discussão étnico-racial. Como já apontei em outros estudos (Gomes, 2006) estamos, portanto, em uma zona de tensão. É dela que emerge um padrão de beleza corporal real e um ideal. No Brasil, esse padrão ideal é branco, mas o real é negro e mestiço.

Palavras finais

Podemos dizer que a luta por ações afirmativas enquanto políticas de correção das desigualdades vem se configurando como uma demanda importante do Movimento Negro brasileiro ocupando, hoje, um lugar de destaque na mídia, na arena política e nas universidades. Trata-se de uma reivindicação que vai além das cotas raciais demandando a igualdade racial no mercado de trabalho, nos meios de comunicação, nas universidades públicas, na saúde, enfim, nos vários setores sociais em que a desigualdade racial se perpetua. Trata-se também, de um espaço de confluência de práticas e saberes produzidos pela comunidade negra ao longo dos anos e sistematizados pelo movimento negro.

Mesmo sendo um campo polêmico que traz concordâncias e discordâncias, não há como negar que as ações afirmativas mexem com a ideologia da democracia racial brasileira e colocam em xeque o discurso da tão propalada identidade nacional inclusiva e diversa.

Indaga a própria ideia de “República uniformizadora” por meio do qual muitos setores contrários à adoção das ações afirmativas ainda se apóiam. As ações afirmativas trazem para o cerne do debate político e educacional a indagação sobre a forma como historicamente a direito à vivência da diversidade, com dignidade, e a efetivação da igualdade social e racial articulada à equidade e à justiça social vêm sendo construídos. Elas trazem à tona os saberes identitários, políticos e corpóreos construídos pela comunidade negra e sistematizados pelo movimento negro brasileiro. Possuem, portanto, o potencial contestatório capaz de desencadear um processo de re-educação da sociedade, do Estado, da escola básica e da universidade em relação à diversidade étnico-racial. Nesse sentido, elas trazem em si o potencial e a potencialidade de construção de um projeto educativo emancipatório e de subjetividades rebeldes e inconformistas, nos dizeres de Boaventura de Sousa Santos (1996).

Recebido em: 21.10.2010
Aprovado em: 27.12.2010

Referências

- BARBOSA, W.N.; SANTOS, J.R. **Atrás do muro da noite**. Brasília: Minc. Fundação Cultural Palmares, 1994.
- BLOCH, E. **The principle of Hope**. Cambridge, Mass: MIT Press, 1995.
- CARDOSO, M. **O movimento negro**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2002.
- GOMES, N.L. Educação e relações raciais: discutindo algumas estratégias de atuação. In: MUNANGA, K. (Org.). **Superando o racismo na escola**. Brasília: MEC, 1999.
- _____. **Corpo e cabelo como símbolos da beleza e da identidade negra**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- _____. Diversidade étnico-racial: por um projeto educativo emancipatório. In: **Retratos da escola**. Brasília: v.2, n.2-3, p.95-108, jan./dez.2008.

_____. Diversidade étnico-racial, inclusão e equidade na educação brasileira: desafios, políticas e práticas. *In:* <http://www.anpae.org.br/iberolusobrasileiro2010/cdrom/94.pdf>. 13p. Acessado em 19/12/2010.

_____. **Emergir para existir:** novas práticas políticas e pedagógicas do Movimento Negro brasileiro em prol da diversidade étnico-racial. *In:* Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Identidade, etnicidade e racismo 10. Braga. *Anais...* Braga, 2008. p. 525-531. Disponível em: <http://www.xconglab.ics.uminho.pt/>. Acesso em: 20 jul. 2010.

GONÇALVES, L.A.O.; GONÇALVES E SILVA, P.B. Movimento negro e educação. *In:* **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, n. 15, p. 134-158, set./out./nov./dez, 2000.

GUIMARÃES, A.S.A. **Racismo e Anti-Racismo no Brasil**. São Paulo, 1999.

HASENBALG, C.A. Comentários “Raça, cultura e classe na integração das sociedades. Rio de Janeiro, **Dados**, revista de ciências sociais. vol. 27, n.3, p. 148-149, 1984.

HENRIQUES, R. **Desigualdade racial no Brasil:** evolução das condições de vida na década de 90. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.

MARTINS, J.S. **A dialética do corpo no imaginário popular**. Sexta-feira: antropologia, artes, humanidades. São Paulo: Pletora, n. 4, p. 46-54, 1999.

NASCIMENTO, A. Teatro experimental do negro: trajetória e reflexões. **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 18, n. 50, Abril. 2004. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php>, p.209-224. Acessado em 19/12/2010.

PASSOS, J.C. As práticas educativas do Movimento Negro e a Educação de Jovens e Adultos. *In:* Alfabetização e cidadania. **Revista de Educação de Jovens e Adultos**. São Paulo, n. 18, set, pp.19-28, 2004.

PINTO, R.P. **Movimento negro em São Paulo:** luta e identidade. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

SADER, E. **Quando novos personagens entram em cena**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANTOS, B.S. (Org.) **Conhecimento prudente para uma vida decente**. São Paulo: Cortez, 2004a.

_____. Por uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. *In*: SANTOS, B.S. (Org.). **Conhecimento prudente para uma vida decente**. São Paulo: Cortez, 2004b.

_____. Por uma pedagogia do conflito. *In*: SILVA, L.H. *et al.* (Orgs.). **Novos mapas culturais, novas perspectivas educacionais**. Porto Alegre: Editora Sulina, p.15-33, 1996.

SILVÉRIO, V.R. Ação afirmativa e o combate do racismo institucional no Brasil. *In*: **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, n. 117, nov, p.219-246, 2002.

SOUZA, N.S. **Tornar-se negro ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

Abstract

The black movement in Brazil: the absent, the emergent and the production of knowledge

This article provides reflections on the experience and knowledge built by the Black Movement in Brazil, through a focus on the struggle for education in racial-ethnic diversity and affirmative action. The black movement is understood here as a political subject with a historical trajectory, belonging to the current context of social movement organization and participant in transnational articulations together with other social movements and NGOs that seek to build a democratic society. Education is understood as part of a process of human development, adopting here Paulo Freire's perspective according to which schools, and educational processes developed within other social institutions, are considered as formative (and sometimes, deforming) experiences that constitute subjects.

Keywords: social movements, black movement, education, knowledge.